

■ NACIONAL

Econ. Brasil

Ajuste fiscal será anunciado antes das eleições

As medidas a serem adotadas terão como objetivo a redução do déficit público de 7% para 3% do PIB em um prazo de até três anos

Mônica Izaguirre
de Brasília

A reação do governo brasileiro à intensificação da fuga de capitais externos não vai limitar-se à elevação no piso da taxa de juros determinada na noite da última sexta-feira. Ainda antes das eleições presidenciais de outubro, o governo deve anunciar um novo programa de ajuste fiscal, segundo um assessor da equipe econômica. Mas nada parecido com o pacote de novembro do ano passado, que privilegiou o aumento da arrecadação.

De acordo com o assessor, na essência, o que está para ser anunciado é um "comprometimento mais claro e mais firme do governo com uma trajetória de queda do déficit público nos próximos anos". Assim, deve haver um cronograma de redução gradual, "com metas e projeções", mostrando o que se pretende conseguir a cada etapa do processo.

A idéia, segundo ele, é traçar um programa que deixe explícito como e em que ritmo o setor público vai chegar a um déficit nominal próximo de 3% do Produto Interno Bruto (PIB), num espaço de dois ou três anos. Esse seria o nível tolerável de déficit para estabilizar a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB, que cresceu de 34,5% para 36,2% só nos primeiros quatro meses do ano. O déficit nominal, por sua vez, andava na casa dos 7% do PIB em maio, considerado o fluxo em 12 meses.

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, admite que algumas medidas estão em estudo, embora não dê detalhes. Faz questão de ressaltar que não são parecidas com as do ano passado e que "não se trata de um pacote". Mesmo assim, ele ressalta que "isso não quer dizer que as coisas não aconteçam". "Quando maduras, as coisas serão anunciadas", afirmou, evitando confirmar previsão de data.

Deflagrada pela moratória russa e seu impacto na confiança dos investidores em relação a outros países emergentes, a crise atual está sendo considerada pior ou, no mínimo, tão grave quanto a de outubro. As reservas cambiais brasileiras, que já tinham experimentado queda em agosto, continuaram a cair em ritmo ainda mais acelerado em setembro.

No final de julho, as reservas eram de US\$ 70,2 bilhões pelo conceito de liquidez internacional. No fim de agosto, chegaram a US\$ 67,2 bilhões e, na última sexta-feira, dia 4, já tinham caído para algo próximo de US\$ 59 bilhões, segundo o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Demóstenes de Pinho Neto. A variação verificada em setembro inclui o efeito de uma forte saída ocorrida nos últimos dois dias úteis de agosto e que, pela defasagem entre contratação e liquidação do câmbio, só impactou as reservas no mês seguinte.



Pedro Parente

A elevação de juros deve conter ou pelo menos reduzir as saídas de capital externo, na expectativa do governo. Mas como, em princípio, o plano é manter o piso em 29,75% só até final de setembro, concluiu-se que é preciso dar imediatamente novos e mais fortes sinais aos investidores externos de que o Brasil está disposto a ajustar as contas públicas

e, com isso, depender menos do financiamento externo.

Aí é que entra o programa fiscal em elaboração no governo. Dependendo do seu impacto na percepção dos investidores sobre a situação do Brasil, as coisas poderiam voltar ao normal ao fim do prazo estabelecido para a elevação dos juros.

O aumento de juros anunciado na última sexta-feira ocorrerá por um mecanismo diferente do adotado em outubro. Desta vez, o Banco Central não elevou a sua Taxa Básica (TBC), que remunera a mais barata das duas linhas de crédito de liquidez às instituições financeiras (redesconto). Mas, ao fechar temporariamente os empréstimos às instituições por essa linha, elevou o piso dos juros para o nível da Taxa de Assistência do BC (Tban), que remunera a outra linha do redesconto, única aberta no momento.

Os bancos que quiserem tomar recursos no BC até o fim de setembro,

portanto, terão que pagar a Tban, que foi inclusive elevada de 25,75% para 29,75% na quarta-feira, enquanto a TBC era reduzida de 19,75% para 19%.

Mesmo que a linha da TBC seja reaberta no mês de outubro, como programado, a possibilidade de saque estará bem menor, pois o BC já tinha determinado que o limite de crédito do sistema nessa linha cairia de R\$ 22 bilhões para R\$ 5 bilhões. Ou seja, ainda que a TBC volte a ser usada, haverá um aperto de liquidez relativamente à situação vigente até a semana passada.

O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, afirma que o aumento dos juros vai gerar gastos adicionais para o setor público e que, por isso, o governo trabalha num novo ajuste. Na hipótese de a situação não normalizar-se já no início de outubro e de o piso de juros voltar a cair lentamente, no mesmo ritmo verificado após outubro passa-

do, o impacto será de R\$ 4,4 bilhões só em 1998, calcula Velloso.

"Se for esse o tamanho do ajuste este ano, dá para fazer, cortando as atividades e projetos dos ministérios, cujos gastos concentram-se mais no fim do ano", diz o economista. Ele lembra que, nesse caso, não haveria redução do déficit, mas apenas se evitaria seu crescimento. Entretanto, "se a cirurgia pretendida for mais profunda, começa a ficar mais difícil", pois seria necessário aprovar medidas no Congresso.

Análise semelhante é feita pelo ex-presidente do BC, Gustavo Loyola. Para ele, no âmbito administrativo "há muito pouco a fazer", já que "o problema fiscal é estrutural" e que, portanto, as soluções dependem da aprovação de reformas pelo Legislativo, sobretudo a da Previdência. "Eu não consigo ver muita margem de manobra", disse Loyola ao falar de sua expectativa sobre o programa a ser anunciado.